



CÓDIGO DE PROVA: **600**

CARGO: **ADVOGADO**

INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES:

1. Ao receber seu caderno de provas, confira se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu cartão-resposta. Verifique se o caderno de provas contém 40 questões. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, sinalize imediatamente ao fiscal de sala.
2. Conferir seus dados no **cartão-resposta** e assinar no local indicado.
3. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
4. Sobre o preenchimento do **cartão-resposta da Prova Objetiva**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta.
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, por exemplo, , o leitor óptico anulará a questão.
 - Usar apenas caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta. Não usar caneta tipo hidrográfica ou tinteiro.
5. Não haverá substituição do cartão-resposta em caso de rasuras ou emendas.
6. O candidato poderá deixar o local de prova após às **14h**.
7. O candidato **NÃO** poderá levar o caderno de prova, conforme previsto no item 18 do Edital nº 001/2016.
8. Na duração das provas, está incluído o tempo para preenchimento do **cartão-resposta**.

Início da prova: **13 horas.**

Término da prova: **17 horas.**

✂-----

RESPOSTAS

RESPOSTAS									
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.

EM BRANCO

LÍNGUA PORTUGUESA

Tatuagens melhoram seu sistema imunológico

Pesquisadores da Universidade do Alabama, nos EUA, acabaram de dar mais um motivo para quem pensa em fazer uma nova tatuagem. De acordo com o estudo, o corpo reage melhor a cada novo desenho feito na pele. Com a melhora das respostas imunológicas, o organismo todo fica menos suscetível a novas infecções, evitando o surgimento de novas doenças. Mas só vale para quem tem mais de uma tatuagem no corpo.

Usando a analogia da equipe, fazer tatuagens é parecido com malhar. Na primeira vez, o corpo não está acostumado e se sente enfraquecido ao exercício, da mesma forma que fica exausto ao ser "contaminado" por um agente externo. Porém, ao repetir o processo, a resistência aumenta. Foi o que perceberam ao analisar o organismo de um grupo de voluntários que foi acompanhado durante a sessão. Os cientistas também avaliaram quantas tatuagens a pessoa já tinha e a duração da aplicação da tinta na pele.

Para completar a pesquisa, analisaram a quantidade de um anticorpo chamado imunoglobulina A e do cortisol, hormônio relacionado ao estresse, na amostra de sangue. Eles notaram que os níveis da imunoglobulina caem menos a cada nova tatuagem, ou seja, a proteção do corpo se fortalece cada vez. Apesar do resultado, a pesquisa foi feita com um grupo reduzido: 24 mulheres e 5 homens. Mas isso não impede você de usá-la como desculpa para fazer mais uma tatuagem.

Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/tatuagens-melhoram-seu-sistema-imunologico>>. Acesso em: 12/03/2016.

1. Com base na leitura do texto e em suas informações implícitas, é **CORRETO** afirmar que

- A) a reação do corpo à primeira tatuagem é positiva quando os materiais utilizados são de boa qualidade e houve preparação física anterior.
- B) o resultado noticiado pelo texto pode ser usado como uma desculpa para quem quer fazer uma nova tatuagem.
- C) o processo de repetição de uma tatuagem tende a ser menos dolorido que o primeiro, visto que o corpo já está acostumado com o procedimento.
- D) a analogia usada pelo autor do texto prova que fazer uma segunda tatuagem pode ser uma motivação para fazer exercícios físicos.
- E) os níveis de anticorpos são estabilizados em uma segunda sessão de tatuagem, o que torna o organismo mais resistente a eles.

2. Leia o excerto de texto a seguir.

Na primeira vez, o corpo não está acostumado e se sente enfraquecido ao exercício, da mesma forma que fica exausto ao ser "contaminado" por um agente externo. Porém, ao repetir o processo, a resistência aumenta. Foi o que perceberam ao analisar o organismo de um grupo de voluntários que foi acompanhado durante a sessão.

Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/tatuagens-melhoram-seu-sistema-imunologico>>. Acesso em: 12/03/2016.

Nesses três períodos, o autor recorre a três orações reduzidas para estruturar a coesão de sua narrativa. Essas três orações apresentam a mesma carga semântica, que expressa

- A) condição.
- B) causa.
- C) finalidade.
- D) tempo.
- E) concessão.

3. [...] Resolvi aproveitar esta coluna para responder, de uma só vez, a vários amigos que escreveram para perguntar se realmente é necessário usar uma vírgula para separar os vocativos — e já vou dizendo, sem delongas, que sim: esta vírgula é absolutamente indispensável, pois evita que o vocativo, que sempre será um corpo estranho na estrutura sintática, seja tomado pelo leitor como parte integrante da frase. É ela que nos permite distinguir entre coisas tão diferentes quanto “Não coma gordura animal” e “Não coma gordura, animal”...

[...] Finalmente, uma leitora do Rio de Janeiro escreveu, alguns meses atrás, para reclamar de um erro na TV: “Professor, a pontuação dos títulos não é igual à pontuação normal? Vocativo não leva vírgula? Como é que a atual novela da Globo não tem vírgula?”. Ora, há mais de trinta anos não sei o que é novela; nada tenho contra elas, pois cada um tem o direito de se divertir como quer, mas confesso que, de minha parte, prefiro perder meu tempo assistindo aos vídeos divertidos do Animal Planet. Como nada mais constava na mensagem, fui pedir ajuda à vizinha, roteirista profissional, que me esclareceu que a novela a que a leitora se referia era uma tal de “Salve, Jorge”. A informação não me bastou. Haveria algum personagem chamado Jorge, que devia ser salvo? Nesse caso, o título deveria ser escrito sem vírgula, para não separar o verbo de seu objeto direto: “Salve Jorge” — assim como “Salvem as baleias” ou, mais radical, “Salvem o planeta”. Não, não, respondeu a prestativa vizinha; ela tinha lido uma entrevista em que a autora, Glória

Perez, dizia que o título provinha de uma saudação a São Jorge, muito usada nas religiões afro-brasileiras. Bom, então certa estava a leitora: falta uma vírgula no título. “Salve, Jorge!”, “Ave, César!”, “Oh, Susana!” — tudo é vocativo. Disponível em: <<http://sualingua.com.br/2013/07/27/salve-jorge/>>. Acesso em: 12/03/2016.

Embora o texto anterior seja predominantemente metalinguístico, a opinião do autor sobre determinados assuntos fica clara em alguns trechos. Assim, podemos afirmar **CORRETAMENTE** que é subjetivo o trecho:

- A) Ora, há mais de trinta anos não sei o que é novela; nada tenho contra elas, pois cada um tem o direito de se divertir como quer, mas confesso que, de minha parte, prefiro perder meu tempo assistindo aos vídeos divertidos do Animal Planet.
- B) [...] e já vou dizendo, sem delongas, que sim: esta vírgula é absolutamente indispensável, pois evita que o vocativo, que sempre será um corpo estranho na estrutura sintática, seja tomado pelo leitor como parte integrante da frase.
- C) É ela que nos permite distinguir entre coisas tão diferentes quanto “Não coma gordura animal” e “Não coma gordura, animal”...
- D) [...] ela tinha lido uma entrevista em que a autora, Glória Perez, dizia que o título provinha de uma saudação a São Jorge, muito usada nas religiões afro-brasileiras.
- E) Bom, então certa estava a leitora: falta uma vírgula no título. “Salve, Jorge!”, “Ave, César!”, “Oh, Susana!” — tudo é vocativo.

4. Leia o excerto de texto a seguir.

Não, não, respondeu a prestativa vizinha; ela tinha lido uma entrevista em que a autora, Glória Perez, dizia que o título provinha de uma saudação a São Jorge, muito usada nas religiões afro-brasileiras. Disponível em: <<http://sualingua.com.br/2013/07/27/salve-jorge/>>. Acesso em: 12/03/2016.

Assinale a alternativa que explica por que o termo *Glória Perez* aparece entre vírgulas.

- A) O termo *Glória Perez* é um aposto restritivo, pois, das várias autoras existentes no mundo, o texto se refere a uma em especial, que precisa de especificação.
- B) O termo *Glória Perez* é um vocativo, pois integra a identificação do interlocutor a que o autor do texto se refere a escrever suas recomendações.
- C) O termo *Glória Perez* é um aposto explicativo para o termo *autora*, pois insere uma informação extra sobre o substantivo anterior, que já é, por si só, especificado.
- D) O termo *Glória Perez* é um adjunto adverbial que recebe vírgula por aparecer deslocado no trecho, identificando a especificação de que autora o texto seleciona.
- E) O termo *Glória Perez* é um predicativo do sujeito deslocado, pois identifica o sujeito do período, atrelando a ele uma característica momentânea no evento descrito.

5. Sentir vergonha é terrível e, por vezes, essa emoção pode parecer inútil. Mas um estudo recentemente publicado no Proceedings of the National Academy of Sciences revela justamente o contrário: a vergonha não só é necessária, como serviu como um mecanismo de sobrevivência para os humanos em diversas culturas.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/02/vergonha-e-um-mecanismo-de-sobrevivencia-afirmam-cientistas.html>>. Acesso em: 12/03/2016.

Pela leitura do trecho, fica claro que o emprego de *Mas* no início do segundo período indica que

- A) o mecanismo de defesa ativado pela vergonha ainda não é reconhecido.
- B) os cientistas acreditam que a vergonha pode ser inútil em certas situações.
- C) o estudo citado no parágrafo provou que a vergonha é uma emoção fortuita.
- D) os outros sentimentos ativados pela vergonha são, em geral, fastidiosos.
- E) a vergonha é mais importante do que uma avaliação mais geral poderia sugerir.

6. A presença da vírgula pode mudar a função sintática de determinado termo na oração. Sendo assim, assinale a alternativa que traz uma frase em que o emprego da vírgula na posição destacada pode diferenciar o objeto direto do vocativo.

- A) Não consigo entender [,] Roberto.
- B) Caros convidados [,] sejam todos bem-vindos!
- C) Feliz aniversário [,] meu amigo.
- D) Renata [,] busque as crianças na escola.
- E) Crianças [,] chegaram os presentes.

7. Leia o texto a seguir.

Os cientistas explicam que, assim como as dores, a vergonha tem a função de prevenir as pessoas de se machucarem. No caso, a vergonha ajudou nossos antepassados a se comportarem da forma "apropriada" de acordo com os grupos onde estavam inseridos, de forma a sobreviverem. "Nossos ancestrais viviam em grupos pequenos, sociais e cooperativos que valorizavam os membros o suficiente para lhes dar comida, cuidado e proteção", disse o antropologista John Tooby, da Universidade da Califórnia, Santa Barbara, nos Estados Unidos, em entrevista ao *The Current*.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/02/vergonha-e-um-mecanismo-de-sobrevivencia-afirmam-cientistas.html>>. Acesso em: 12/03/2016.

Considere os elementos de coesão a seguir.

- I. nos quais
- II. aonde
- III. em que
- IV. dos quais

Quais deles podem substituir **CORRETAMENTE** o termo sublinhado no texto anterior, sem alteração de sentido e sem incorreção gramatical?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I e III.**
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I e IV.

8. Considere o excerto de texto a seguir.

"Nossos ancestrais viviam em grupos pequenos, sociais e cooperativos que valorizavam os membros o suficiente para lhes dar comida, cuidado e proteção" [...]

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/02/vergonha-e-um-mecanismo-de-sobrevivencia-afirmam-cientistas.html>>. Acesso em: 12/03/2016.

O emprego do pronome *lhe* segue regras bem fixas na nossa língua, prescritas pela norma padrão gramatical para as funções de objeto indireto, adjunto adnominal e complemento nominal. Assinale o período em que esse pronome foi usado de maneira **INCORRETA**.

- A) Senti vergonha por eles, então vou *lhes* dizer que não gostei da atitude que tomaram.
- B) O palestrante foi tomado por um sentimento de timidez que *lhe* atrapalhou o discurso.
- C) Para meu pai, sentir-se seguro sempre *lhe* foi mais importante do que deixar-se levar pela vergonha.
- D) À vergonha, não me lembro de ter-*lhe* dado muito espaço em minha vida.
- E) Robson disse que sentir vergonha nunca *lhe* fez deixar de fazer algo.**

9. Leia o trecho a seguir, retirado de uma notícia real.

No Twitter, Nunes classificou a operação como uma "experiência marcante, porém, transformadora". Antes da publicação na noite de terça-feira, a última postagem dele havia sido em 29 de fevereiro. No primeiro post após a operação, ele cita o provérbio "Quem com porcos *andam* farelos *comem*" (sic).

Disponível em: <<http://www.jornalfloripa.com.br/noticia.php?id=3017353>>. Acesso em: 12/03/2016.

A expressão (sic) é usada para indicar que a citação está reproduzida exatamente como foi feita originalmente, por errada ou estranha que seja. Nesse trecho, (sic) foi empregada porque há um erro de:

- A) concordância no trecho citado, pois as formas *andam* e *comem* deveriam estar no singular.**
- B) pontuação no trecho, pois uma vírgula deveria ter sido usada depois de *andam*.
- C) sintaxe no texto, pois a forma verbal *comem* não apresenta sujeito explícito.
- D) colocação no texto, pois o objeto direto de *comem* aparece anteposto ao ser verbo.
- E) acentuação gráfica no trecho, pois a palavra *farelos* deveria ter sido acentuada.

10. Leia as manchetes a seguir.

- I. Bradley Cooper assiste na primeira fila a desfile de Irina Shayk
Disponível em: <<https://www.noticiasominuto.com/fama/550601/bradley-cooper-assiste-na-primeira-fila-a-desfile-de-irina-shayk>>. Acesso em: 12/03/2016.
- II. O avanço tecnológico implica em mudança cultural
Disponível em: <<http://www.correiadoestado.com.br/opiniaol/luiz-augusto-pereira-de-almeida-o-avanco-tecnologico-implica-em/271695/>>. Acesso em: 12/03/2016.
- III. Dunga diz que prefere usar Neymar nas Olimpíadas do que na Copa América
Disponível em: <<http://extra.globo.com/esporte/dunga-diz-que-prefere-usar-neymar-nas-olimpiadas-do-que-na-copa-america-praticamente-garante-craque-na-rio-2016-18832457.html>>. Acesso em: 12/03/2016.
- IV. Lollapalooza chega à 5ª edição com Eminem e muito rock
Disponível em: <<http://musica.terra.com.br/lollapalooza-chega-a-5-edicao-no-brasil-com-eminem-e-variacoes-do-rock,056314e859ceeb9181d3af687d002381vb0phi30.html>>. Acesso em: 12/03/2016.

É **CORRETO** afirmar que a regência foi respeitada, em consonância com a prescrição normativa gramatical,

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em III e IV.
- C) apenas em I e IV.
- D) apenas em II e III.
- E) apenas em II e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Analise as seguintes assertivas e responda ao que se segue sobre a ação de improbidade administrativa:

- I. A legitimidade ativa para propor ações que versem sobre improbidade administrativa é atribuída com exclusividade ao Ministério Público.
- II. A configuração de ato de improbidade exige dolo do agente, à exceção da modalidade relativa aos atos de improbidade que causam lesão ao erário, que admite a modalidade culposa.
- III. A ação que se funda na alegação de improbidade deverá necessariamente ser antecedida de uma etapa administrativa preliminar de inquérito, destinada a apurar a existência dos indícios da prática do ato tido por ímprobo.
- IV. Prescreve em cinco anos a pretensão de reparar os prejuízos causados ao erário nos casos de improbidade administrativa.
- V. A ação que se funda na prática de ato de improbidade contempla fase preliminar em que o réu pode se manifestar, sendo que a apreciação de tal manifestação pode culminar na rejeição de plano da ação, na improcedência da ação ou no reconhecimento de inadequação da via eleita.

Quanto às assertivas indicadas acima (I a V) é **CORRETO** afirmar que:

- A) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- E) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

12. Sobre os atos administrativos vinculados e discricionários, é **CORRETO** afirmar:

- A) Cabe à Administração ou ao Judiciário revogar atos administrativos que já não sejam mais oportunos e convenientes para a satisfação do interesse público.
- B) Os atos vinculados consistem naqueles em que a regra de competência outorga a faculdade de o administrador público exercer escolhas acerca do melhor modo de concretizar o interesse público.
- C) Os atos vinculados e os discricionários não admitem em nenhuma hipótese a convalidação, haja vista o interesse público ser indisponível para a Administração Pública.
- D) O ato administrativo discricionário admite anulação por parte do Poder Judiciário.
- E) A revogação dos atos administrativos se dá necessariamente com eficácia retroativa (*ex tunc*).

13. Sobre as licitações regidas pela Lei nº 8.666/93, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, admite-se o afastamento da Lei nº 8.666/93, inclusive no que se refere ao princípio do julgamento objetivo da proposta.
- B) As empresas estrangeiras que venham desenvolver atividades no território nacional devem, já na fase de habilitação, apresentar decreto de autorização.**
- C) As empresas estrangeiras podem liderar consórcios formados com empresas brasileiras.
- D) Não se admite cotação em moeda estrangeira nas propostas relativas a concorrências de âmbito internacional.
- E) Para fins de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no país, somente serão válidos documentos produzidos no Brasil, sendo inviável a apresentação de documentos estrangeiros, ainda que traduzidos e consularizados.

14. Sobre serviços públicos concedidos, nos termos da legislação de regência do tema, é **CORRETO** afirmar que:

- A) a cobrança de tarifas pressupõe necessariamente a existência de alternativas gratuitas à disposição do usuário.
- B) a tarifa não pode ser diferenciada para os usuários em função de características técnicas ou custos específicos, preservando-se a isonomia.
- C) só haverá exclusividade na prestação dos serviços públicos concedidos quando houver inviabilidade técnica ou econômica a fundamentá-la, devidamente formalizada no ato justificador da conveniência da outorga.**
- D) a criação de novos benefícios tarifários pelo Poder Concedente pode ser implementada de pronto, assegurando-se ao concessionário, posteriormente, o direito à revisão da estrutura tarifária.
- E) é vedado ao poder concedente prever no edital de licitação receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados em favor do concessionário.

15. Sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A pessoa jurídica que controla a companhia de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador, mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação.**
- B) Estados, Distrito Federal e Municípios podem criar requisitos próprios para as sociedades de economia mista que instituírem, derogando pontualmente as leis federais que tratam do tema.
- C) As sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços gozam, nas suas relações obrigacionais, dos privilégios outorgados à Fazenda Pública.
- D) As sociedades de economia mista podem instituir subsidiárias, independentemente de autorização em lei para tanto.
- E) As sociedades de economia mista não se sujeitam à fiscalização dos Tribunais de Contas, pois são pessoas jurídicas de direito privado.

16. A Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), além de haver disposto sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). Acerca das disposições nela previstas, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. As definições técnicas para aplicação das regras definidas na lei que criou a PNPDEC serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.
 - II. Um dos possíveis óbices para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco é a incerteza quanto ao perigo de desastre.
 - III. A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.
 - IV. O SINPDEC é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.
- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.**
 - E) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

17. Sobre as questões relativas à responsabilidade civil por danos ambientais, segundo decisões consagradas nos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, porém a jurisprudência do STJ não tem admitido a condenação cumulada de reparação por danos materiais com compensação por danos morais em casos de acidentes ambientais, já que no direito brasileiro o meio ambiente não configura uma espécie de sujeito de direito.
- B) A responsabilidade civil por dano ambiental é subjetiva, informada pela teoria do risco-proveito, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato.
- C) A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva porque está diretamente vinculada ao sujeito causador do dano, de modo que a jurisprudência do STJ admite apenas a excludente de ilicitude consubstanciada em caso fortuito externo.
- D) A responsabilidade civil formada a partir da teoria do risco integral admite apenas a excludente de ilicitude baseada na alegação de culpa exclusiva de terceiro, já que, neste caso, rompe-se o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
- E) No sistema de responsabilidade ambiental, é inadequado pretender conferir à reparação civil dos danos ambientais um caráter punitivo imediato, pois a punição é função que incumbe ao direito penal e administrativo.

18. Sobre as normas gerais relativas à formação, ao cumprimento e à extinção dos contratos no âmbito do Direito Civil, analise as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
 - II. Como regra geral e quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, o silêncio de uma das partes importará anuência, mesmo quando for necessária a declaração de vontade expressa.
 - III. Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
 - IV. Nas relações contratuais e a partir da Teoria dos Atos Próprios, a locução nuclear do *venire contra factum proprium* implica verdadeira proibição de comportamentos contraditórios no tempo e no espaço dentro de uma mesma relação jurídico-obrigacional.
 - V. A *surrectio* e a *supressio* são institutos derivativos do princípio da boa-fé objetiva e, na interpretação dos contratos, servem atualmente como critério judicial para análise e resolução de negócios jurídicos.
- A) Apenas as assertivas II, IV e V são corretas.
 - B) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
 - C) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
 - D) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.
 - E) Apenas as assertivas IV e V são corretas.

19. Quanto aos vícios e defeitos dos negócios jurídicos elencados no Código Civil brasileiro, analise as assertivas a seguir descritas e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. No erro ou ignorância, o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
 - II. Consideram-se atos de coação a ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial.
 - III. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.
 - IV. Na fraude contra credores, presumem-se de boa-fé e válidos os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família.
 - V. No caso de coação, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico é de 10 (dez) anos, contados do dia em que o ato coativo cessar.
- A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - C) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
 - D) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
 - E) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

20. Otávio Augusto, Renato Andrade e Firmino Fagundes, na posição de credores solidários, firmaram em 03/05/2012 Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívida com César Caio, na posição de devedor, no qual restou claramente estabelecido que o devedor deveria pagar aos credores quantia líquida e certa de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em uma única parcela, a vencer no dia 03/04/2013. Por opção das partes, foi estabelecida garantia fidejussória (fiança) em caráter acessório, prestada e subscrita no valor integral da obrigação por Ildelfonso Alberto. Com base no caso hipoteticamente descrito, assinale a alternativa **CORRETA** a respeito do instituto da prescrição previsto no Código Civil.
- A) A prescrição da pretensão de cobrança deverá ocorrer quando fluir o prazo de três anos contados da assinatura do instrumento de confissão de dívida.
 - B) Se as partes convencionarem, o prazo de prescrição legal poderá ser alterado por acordo extrajudicial.
 - C) O prazo de prescrição para cobrança de dívidas líquidas e certas constantes em instrumentos públicos ou particulares é de dez anos contados do vencimento da obrigação, conforme regra geral do Código Civil brasileiro.
 - D) Se houver algum ato interruptivo da prescrição em relação ao devedor principal, haverá produção de efeitos a Ildelfonso Alberto.**
 - E) Havendo credores solidários decorrentes da mesma relação obrigacional, a interrupção da prescrição feita por Otávio Augusto não aproveitará aos demais.
21. João Mário possui crédito em face de Carlos Augusto no valor líquido e certo de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), derivado de um contrato de compra e venda de bem móvel realizada em 23/04/2015. O Credor, em 15/06/2015, transferiu esse crédito a Paulo Roberto, que o utilizaria para tentar compensar uma obrigação vinculada à coisa infungível, ainda não vencida, que detinha em relação a Carlos Augusto. Diante da situação hipotética e com base nos dispositivos do Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A eventual compensação de dívidas entre Paulo Roberto e Carlos Augusto estaria plenamente autorizada, mesmo antes do vencimento da obrigação.
 - B) O cessionário somente poderá exercer atos conservatórios do direito transmitido após o conhecimento da cessão pelo devedor-credido.
 - C) A existência e a validade da cessão do crédito dependem diretamente da notificação do devedor-credido.
 - D) Como regra, João Mário (cedente) deverá responder perante o Cessionário pela solvência do devedor (Carlos Augusto).
 - E) A compensação pretendida por Paulo Roberto não seria possível ante a natureza infungível da obrigação e o não vencimento da dívida com Carlos Augusto.**
22. Sobre a Ação Popular, analise as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
 - II. A pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado cujo ato seja objeto de impugnação poderão abster-se de contestar o pedido, ou poderão atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
 - III. É expressamente vedada a habilitação de terceiro interessado como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
 - IV. Como regra, a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *inter partes*, sendo vedado ingresso com nova demanda fundada em idêntico fundamento, mesmo na hipótese de improcedência da pretensão deduzida na primeira ação por ausência de prova.
 - V. A sentença sempre incluirá, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e devidamente comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.
- A) Apenas as assertivas II, III e V são corretas.
 - B) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.**
 - C) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
 - D) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
 - E) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.

23. Assinale a alternativa que **NÃO** indica corretamente as atribuições constitucionais do Presidente da República.
- A) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
 - B) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
 - C) Escolher, nomear e aprovar dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
 - D) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - E) Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
24. Sobre as competências constitucionais e a organização interna do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no máximo, trinta e três ministros, nomeados pelo Senado da República e aprovados pelo Presidente.
 - B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão conceder a segurança pleiteada.
 - C) Compete ao Supremo Tribunal Federal homologar sentenças estrangeiras e conceder *exequatur* às cartas rogatórias.
 - D) O Supremo Tribunal Federal poderá, tão somente se provocado pela parte interessada ou pelo Ministério Público, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - E) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
25. Sobre o controle de constitucionalidade no sistema normativo-constitucional brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é considerado legitimado especial para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, de modo que deverá demonstrar a pertinência temática na petição inicial.
 - B) No controle de constitucionalidade realizado de forma incidental, a coisa julgada irá recair tanto sobre a parte dispositiva da sentença quanto sobre os motivos da decisão, implicando efeitos erga omnes.
 - C) Quando o Supremo Tribunal Federal exercer controle difuso de constitucionalidade, deverá mandar citar, previamente, o Procurador-Geral da República, que poderá ou não defender o ato ou texto impugnado.
 - D) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - E) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça o exame da constitucionalidade de lei municipal e estadual em abstrato (mediante ação direta) em face da Constituição do respectivo Estado.
26. O artigo quinto, inciso LXIX, da Constituição Federal de 1988, trata especificamente do mandado de segurança ao determinar: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". Sobre referido remédio constitucional e sua regulamentação, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É possível a concessão de mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
 - B) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
 - C) É vedada, em qualquer hipótese, a execução provisória de sentença que conceder a segurança pleiteada via mandamus.
 - D) Tendo em vista a eficácia preclusiva da coisa julgada, a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, com ou sem decisão de mérito, impedirá que o requerente pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais em medida autônoma.
 - E) Quando houver decisão denegatória da segurança pleiteada, apreciado ou não o mérito, o pedido não poderá ser renovado, ainda que dentro do prazo decadencial.

27. Sobre as determinações constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-lei n. 5.452/1943) quanto aos contratos individuais do trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O contrato individual de trabalho pode ser ajustado tacitamente entre as partes, não sendo necessária sua formalização expressa.
- B) Poderá ser considerado por prazo determinado um contrato que suceder a outro dessa mesma modalidade, desde que entre um e outro tenham se passado mais de três meses.
- C) O empregador, quando da contratação de um trabalhador, pode exigir experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses quando esta se referir ao mesmo tipo de atividade que por ele será desempenhada.
- D) Os contratos de trabalho por prazo determinado não podem ser fixados por período superior a 1 (um) ano, com a ressalva do contrato de experiência, que, por sua vez, não pode ultrapassar a vigência de 90 (noventa) dias.
- E) Nos contratos de subempreitada, o subempreiteiro responde pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho que celebrar, não cabendo reclamação, por parte dos trabalhadores, contra o empreiteiro principal, mesmo se houver inadimplemento por parte do subempreiteiro quanto ao cumprimento de obrigações de natureza trabalhista.

28. Sobre a jornada de trabalho, remuneração e equiparação salarial, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O trabalhador menor de 18 (dezoito) anos tem direito ao recebimento do adicional noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 20 (vinte) e às 06 (seis) horas.
- B) Ajudas de custo e diárias de viagem, desde que não excedem a remuneração do empregado, não são consideradas parcelas de natureza salarial.
- C) O trabalhador readaptado em uma nova função, por motivo de deficiência física ou mental, pode servir como paradigma para um pedido de equiparação desde que esta habilitação profissional esteja atestada pela Previdência Social.
- D) Tendo sido acordado entre as partes, é possível ao empregador descontar do empregado danos por ele causados, mas somente em caso de dolo.
- E) O pagamento dos salários, se efetuado em espécie e diretamente ao obreiro, deve ocorrer sempre em dia útil e no local de trabalho, dentro do horário de serviço ou imediatamente após o encerramento da jornada.

29. Sobre o direito à estabilidade provisória no emprego, considerando a previsão constitucional e legal sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Tem a gestante direito à estabilidade provisória no emprego, desde a efetiva comunicação do estado gravídico ao empregador e até cinco meses após o parto.
- B) O trabalhador que sofre acidente de trabalho tem direito à estabilidade provisória no emprego pelo período de 12 (doze) meses, contados da cessação do auxílio-doença pago pela Previdência Social, desde que comprove junto ao empregador a percepção do benefício previdenciário de auxílio-acidente.
- C) O candidato ao cargo de direção ou representação de entidade sindical, à exceção do suplente, tem direito à estabilidade provisória no emprego a partir do registro de sua candidatura, até 01 (um) ano após o final de seu mandato, caso seja eleito.
- D) Os representantes dos empregados, membros das Comissões de Conciliação Prévia, titulares ou suplentes, têm estabilidade provisória no emprego até 01 (um) ano após o final de seus mandatos.
- E) Não terá a gestante direito à estabilidade provisória no emprego caso a confirmação de seu estado gravídico ocorra após a notificação de dispensa pelo empregador, no curso do aviso prévio, trabalhado ou indenizado.

30. Sobre os direitos de licença-maternidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo da licença-maternidade, que será estendido por todo o período que duraria a licença-maternidade a que teria direito a mãe natural falecida, não se aplicando o direito nos casos de mãe adotante.
- B) Havendo o falecimento da genitora ou adotante, tem o cônjuge ou o companheiro, o direito ao período de licença-maternidade em sua integralidade, ainda que a mãe tenha usufruído de algum período do benefício.
- C) Falecendo a genitora ou adotante, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.
- D) Falecendo a genitora ou adotante, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, mesmo nos casos de natimorto.
- E) Falecendo a genitora ou adotante, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, apenas se for o pai natural.

31. Nos termos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), quanto ao intervalo obrigatório antes da prorrogação da jornada de trabalho, deverá a empresa, observar a obrigatoriedade de um intervalo de:
- A) 15 (quinze) minutos para descanso apenas quando a prorrogação de horário for exercida por uma empregada do sexo feminino (mulher).
 - B) 15 (quinze) minutos para descanso para todos os empregados, independentemente do sexo (homens e mulheres).
 - C) observar a obrigatoriedade de um intervalo de 30 (trinta) minutos para o descanso dos empregados com idade inferior a 18 anos (homens e mulheres).
 - D) 15 (quinze) minutos para descanso quando se tratar de empregadas do sexo feminino (mulheres), mas apenas quando a prorrogação da jornada for superior a 2 (duas) horas no dia.
 - E) 15 (quinze) minutos para descanso dos empregados (homens e mulheres), mas apenas quando a prorrogação da jornada for superior a 2 (duas) horas no dia.
32. Sobre a denunciação da lide no Código de Processo Civil 2015, é **CORRETO** afirmar:
- A) A denunciação da lide é obrigatória apenas no caso de evicção.
 - B) Permite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra qualquer antecessor na cadeia dominial ou contra quem seja responsável por indenizá-lo.
 - C) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide para aferir eventual responsabilidade regressiva do denunciado.
 - D) Procedente o pedido da ação principal, descabe requerimento do autor para cumprimento da sentença também contra o denunciado pelo réu, dado que o denunciado só responde regressivamente perante o denunciante.
 - E) A denunciação da lide é sempre facultativa porque o direito de regresso poderá ser exercido por ação autônoma quando a denunciação for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
33. Sobre a tutela provisória no Código de Processo Civil 2015, é **CORRETO** afirmar:
- A) A tutela provisória, seja de urgência, seja da evidência, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - B) A tutela de urgência, antecipada ou cautelar, requerida em caráter antecedente, pode se tornar estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
 - C) A decisão que concede a tutela antecipada em caráter antecedente, posteriormente estabilizada, fará coisa julgada se nenhuma das partes ajuizar ação para revê-la, reformá-la ou invalidá-la, em até 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo no qual foi concedida.
 - D) Os requisitos para a concessão da tutela de urgência, seja antecipada, seja cautelar, passam a ser os mesmos, ou seja, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - E) A tutela da evidência poderá ser concedida liminarmente, *inaudita altera pars*, em qualquer das hipóteses legais que a autorizam.
34. De acordo com o Código de Processo Civil 2015, nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido na seguinte hipótese:
- A) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.
 - B) Quando o pedido contrariar a jurisprudência dominante, ainda que não sumulada, do tribunal a que estiver submetido o juiz de primeiro grau.
 - C) Verificação, desde logo, da ocorrência de prescrição ou de decadência.
 - D) Quando o pedido contrariar qualquer acórdão do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial ou do Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.
 - E) Quando a parte for manifestamente ilegítima ou o autor carecer de interesse processual.

35. Sobre os recursos no Código de Processo Civil 2015, é **CORRETO** afirmar:

- A) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, deverão ser objeto de protesto antipreclusivo, por escrito ou oralmente na audiência, sob pena de preclusão e impossibilidade de impugnação por meio de preliminar de apelação.
- B) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o Tribunal Superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.
- C) A apelação deverá ser interposta perante o juízo de primeiro grau, o qual deverá intimar o apelado para apresentar contrarrazões em 15 (quinze) dias e realizar o juízo de admissibilidade recursal antes de remeter os autos para o tribunal.
- D) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do valor original integral, sob pena de deserção.
- E) Excetuados os embargos de declaração e o agravo interno, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

36. Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A União não pode exigir o imposto sobre a renda oriunda de atividade ilícita de venda de entorpecentes, visto que a definição legal do fato gerador não pode ser interpretada sem levar em consideração a validade jurídica do ato efetivamente praticado.
- B) O crédito tributário é cercado de diversas garantias e privilégios. Uma delas é que a decretação pelo juiz da indisponibilidade de bens e direitos do devedor tributário não pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis.
- C) A anistia é o perdão de falta cometida pelo infrator de deveres tributários e abrange infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede. A remissão, por sua vez, é modalidade de extinção do crédito tributário que pressupõe a sua anterior constituição por meio do lançamento tributário. Portanto, ambas modalidades retroagem, operando em relações jurídicas já constituídas, porém de índoles diversas: a remissão, em vínculo obrigacional de natureza tributária; a anistia, igualmente em liames de obrigação, mas de natureza sancionatória.
- D) No lançamento por homologação, o pagamento antecipado do tributo pelo obrigado suspende o crédito tributário até a posterior homologação do lançamento, que pode ocorrer de forma expressa ou tácita.
- E) Caio comprou de José, em 05/10/2015, um imóvel localizado na cidade de Maringá/PR. José comprovou o pagamento do IPTU dos anos de 2010 a 2015, conforme constou no título do IPTU. Porém, a Administração Tributária Municipal, em 10/01/2016, verificou que o pagamento do IPTU do ano de 2013 foi feito a menor e fez o respectivo lançamento. Nessa situação, a obrigação de pagar a diferença do imposto será de Caio, pois, nesta data, José já não demonstra mais capacidade contributiva para arcar com este tributo.

37. Em relação aos impostos municipais e com base na atual Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O IPTU progressivo no tempo, importante instrumento de política urbana, é a única previsão constitucional para a aplicação do princípio da progressividade para este tributo.
- B) Cabe à lei complementar federal definir as alíquotas máximas e mínimas do IPTU para que cada município exerça sua competência tributária.
- C) O imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou aceitação física e de direitos reais sobre imóveis (ITBI), compete ao município onde está localizado o domicílio fiscal do comprador do imóvel. Assim, se José, cujo domicílio fiscal é Curitiba, comprou imóvel localizado em Paranaguá, caberá à Curitiba o ITBI devido.
- D) Numa situação hipotética, foi publicada, em 26/12/2015, lei municipal em Curitiba/PR que duplicou as alíquotas do IPTU de todos os imóveis nele localizados com vigência a partir de 01/01/2016, o que causou grande indignação nos seus cidadãos. Tal aumento de imposto, entretanto, não viola o princípio da anterioridade e o aumento de suas alíquotas não deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- E) Numa situação hipotética, o Município de Curitiba/PR editou lei para cobrar Imposto sobre Serviços (ISS) sobre a locação de guindastes. O ISS, no entanto, está relacionado a uma obrigação de fazer, enquanto a locação de bens móveis se enquadra nas obrigações de dar e, portanto, a atividade econômica de locação não pode estar sujeita à imposição do referido imposto.

38. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. No âmbito do exercício da titularidade, é absolutamente vedada a delegação da organização, da regulação, da fiscalização ou da prestação de serviços públicos de saneamento básico.
- II. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.
- III. O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.
- IV. Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.

- A) Apenas a assertiva III está correta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C) Apenas a assertiva I está correta.
- D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

39. Segundo as disposições da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, é **CORRETO** afirmar:

- A) Para efeitos da legislação, entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- B) A lei que instituiu a política nacional de resíduos sólidos se aplica a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que são responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, de natureza radioativa ou não.
- C) Para efeitos da legislação criadora da política nacional, os consumidores não podem ser considerados geradores de resíduos sólidos e, portanto, não têm responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos consumidos.
- D) É permitida a importação de resíduos sólidos perigosos unicamente para fins de tratamento, reforma, reutilização ou recuperação.
- E) Os consumidores deverão manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente as informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

40. Sobre as disposições previstas na Lei nº 10.257/2001, que instituiu o Estatuto da Cidade e estabeleceu diretrizes gerais de política urbana, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Em caso de não cumprimento de obrigação derivada de cobrança de IPTU progressivo, é vedada a desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública.
- B) Na hipótese de usucapião especial de imóvel urbano, o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que sejam casados no regime de comunhão parcial de bens.
- C) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- D) Em qualquer hipótese, a concessão do direito de superfície deverá ser gratuita.
- E) No caso de cidades com mais de cinquenta mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

EMBRANCO

EMBRANCO